

## **LEI ORDINÁRIA Nº 5**

*de 23 de janeiro de 1989*

### **INSTITUI O IMPOSTO SOBRE VENDAS A VAREJO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL-MS, APROVOU E O  
PREFEITO MUNICIPAL SANCIONA A SEGUINTE LEI:*

#### **Capítulo I.**

#### **DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA**

##### **Art. 1º..**

*Fica instituído o imposto sobre combustíveis líquidos e gasosos - IVV, exceto óleo diesel, que tem como fato gerador a venda a varejo, dentre outros, dos seguintes produtos:*

- I.** Gasolina , 3% (três por cento).
- II.** Querosene iluminante, 3% (três por cento)
- III.** Óleo combustível, (exceto dieses) 3% (três por cento).
- IV.** Alcool hidratado, 3% (três por cento)
- V.** Gás natural, 3% (três por cento)
- VI.** Gás liquefeito de petróleo, 3% (três por cento)
- VII.** Gasolina de aviação, 3%(três por cento)
- VIII.** Querosene de aviação, 3% (três por cento)

### ***Parágrafo único. .***

*Consideram-se a varejo as vendas qualquer quantidade, efetuadas a consumidor final.*

## ***Capítulo II.***

### ***Art. 2º..***

*Contribuinte do imposto é o estabelecimento comercial ou industrial que realizar vendas dos produtos descritos no artigo 1º.*

#### ***1º.***

*Considera-se estabelecimento o local, construído ou não, onde o contribuinte exerce sua atividade, em caráter permanente ou temporário, de comercialização a varejo os combustíveis sujeitos ao imposto.*

#### ***2º.***

*Para efeito de cumprimento da obrigação será considerado autônomo cada um dos estabelecimentos, permanentes ou temporários, inclusive os veículos utilizados no comércio ambulante.*

#### ***3º.***

*O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos veículos utilizados para simples entrega de produtos a destinatários cetos, em decorrência de operação já tributada.*

### ***Art. 3º..***

*Consideram-se também contribuintes:*

#### ***I.***

*Os estabelecimentos de sociedades civis de fins não econômicos, inclusive cooperativas, que pratiquem com habilidade operações de vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos;*

## **II.**

*O estabelecimento de órgão da administração pública direta, de autarquia, fundação ou empresa pública, federal, estadual ou municipal que venda a varejo produtos sujeitos ao imposto, ainda que a compradores de determinada categoria profissional ou funcional;*

## **III.**

*O comprador, quando revendedor ou distribuidor, pela quantidade de combustível por ele consumida.*

## **Capítulo III. DOS RESPONSÁVEIS**

### **Art. 4º..**

*São responsáveis, pelo pagamento do imposto devido:*

#### **I.**

*O transportador:*

##### **a).**

*em relação aos produtos que transportar desacompanhados de documentação comprovarória de sua procedência ou quando entregá-los a destinatário diverso do indicado na documentação fiscal;*

##### **b).**

*em relação aos produtos transportados que forem vendidos a varejo em território do Município, durante o transporte.*

## **II.**

*Os armazéns gerais e os de positários, a qualquer título, quando receberem para depósito ou derem saída a produtos sem documentação fiscal.*

## **Capítulo IV. DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA**

### **Art. 5º..**

*A base de cálculo do imposto é o valor de venda do combustível líquido ou gasoso no varejo, incluídas as despesas adicionais debitadas pelo vendedor ou comprador.*

### **Parágrafo único. .**

*O montante do imposto integra a base de cálculo a que se refere artigo, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle.*

### **Art. 6º..**

*A autoridade fiscal poderá arbitrar a fase de cálculo sempre que:*

#### **I.**

*Não forem exibidos ao fisco os elementos necessários à comprovação do valor das vendas, inclusive nos casos de perda, extravio ou atraso na escrituração de livros ou documentos fiscais;*

#### **II.**

*Houver fundada suspeita que os documentos fiscais não refletem o valor real das operações de venda;*

#### **III.**

*Estiver ocorrendo venda ambulante a varejo de produtos desacompanhados de documentos fiscais.*

### **Art. 7º..**

*A alíquota do imposto é de 3% (três por cento) do valor da operação da venda.*

## **Capítulo V. DO LANÇAMENTO**

### **Art. 8º..**

*O lançamento do imposto será feito nos documentos e livros fiscais, com a descrição das operações realizadas, na forma prevista em regulamento.*

### **Art. 9º..**

*O lançamento a que se refere o artigo anterior é de exclusiva responsabilidade do contribuinte e está sujeito a posterior homologação pela autoridade fiscal competente.*

## **Capítulo VI. DO PAGAMENTO**

### **Art. 10.**

*O valor do imposto a recolher será apurado e pago mensalmente, através de guia preenchida pelo contribuinte em modelo aprovado pela Fazenda Municipal, após o encerramento de cada mês, com 5 (cinco) dias de carência.*

### **Parágrafo único. .**

*O regulamento deverá disciplinar os casos de recolhimento efetuado por contribuinte ou responsável não inscrito*

## **Capítulo VII. DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL E DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

### **Art. 11.**

*O contribuinte do imposto é obrigatório, além de outras exigências em Lei, à emissão e escrituração de livros, notas fiscais e mapas de controle necessários ao registros das estradas, movimentações e vendas relativas aos combustíveis líquidos e gasosos.*

### **Parágrafo único. .**

*Enquanto não forem definidos em regulamento novos tipos de documentos fiscais, serão aceitos pelo fisco Municipal os já adotados por determinação do Conselho Nacional de Petróleo.*

### **Art. 12.**

*Cada estabelecimento, seja matriz, filial, depósito, sucursal, agência ou representação, terá escrituração fiscal própria.*

### **Art. 13.**

*O contribuinte do imposto deverá promover a sua inscrição na repartição Municipal competente no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei, bem como comunicar qualquer alteração contratual ou estatutária, mudança de endereço ou do domicílio fiscal, na forma e prazo previsto em regulamento.*

### **Art. 14.**

*Considera-se documentação fiscal inidônea aquela que:*

#### **I.**

*Tenha sido confeccionada sem a respectiva autorização de impressão de documentos fiscais;*

#### **II.**

*Embora revestida das formalidades legais, tenha sido utilizada para fraude comprovada;*

#### **III.**

*Consigne transmitente fictício;*

#### **IV.**

*Indique como destinatário estabelecimento diverso daquele que registrou, ainda que pertençam ambos ao mesmo titular;*

#### **V.**

*Tenha sido emitida após o cancelamento da inscrição no cadastro;*

#### **VI.**

*Tenha emitida em flagrante inobservância das demais normas de controle das obrigações acessórias previstas na legislação tributária e no interesse da arrecadação ou da fiscalização do imposto.*

## **Capítulo VIII. DAS PENALIDADES**

## **Art. 15.**

*O descumprimento das obrigações principais e acessórias sujeitará o infrator, sem prejuízo da exigência do imposto, às seguintes penalidades:*

### **I.**

*Falta de recolhimento do imposto devidamente lançada e apurada, multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto monetariamente corrigido;*

### **II.**

*Falta de recolhimento do imposto por não terem sido registradas, nos livros fiscais ou contábeis, operações que determinaram débitos fiscais*  
*Multa de 200% (duzentos por cento) do valor do imposto corrigido monetariamente;*

### **III.**

*Emitir documento fiscal consignado importância diversa do valor da operação ou com valores diferentes nas respectivas vias, com o objetivo de reduzir o valor do imposto a pagar - multa de 200% (duzentos por cento) do valor do imposto não pago corrigido monetariamente;*

### **IV.**

*Transportar, receber ou manter em estoque ou depósito produtos sujeitos ao imposto sem documentação fiscal inidôneo - multa de 150% (cento e cinquenta por cento) do valor do imposto corrigido monetariamente;*

### **V.**

*Recolhimento do imposto fora do prazo, antes de qualquer procedimento fiscal - multa de 40% (quarenta por cento) do valor do imposto corrigido monetariamente;*

### **VI.**

*Falta de inscrição do contribuinte na repartição competente - multa de 2 (dois) MVR - ;*

## **VII.**

*Rasurar ou emendar lançamento em livros e documentos fiscais - multa de 4 (quatro) MVR - Maior valor de Referência.*

## **Capítulo IX. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Art. 16.**

*Para os efeitos desta Lei, as denominações relativas aos produtos, distribuidores, revendedores e consumidores obedecem às normas estabelecidas pelo Conselho Nacional do Petróleo.*

### **Parágrafo único. .**

*Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Conselho Nacional de Petróleo ou seu sucessor legal, o Estado ou Municípios, objetivando a fiscalização nesta Lei.*

### **Art. 17.**

*O Poder Executivo regulamentará esta Lei, especialmente quando à forma de lançamento, à documentação fiscal e às condições de pagamento do tributo.*

### **Art. 18.**

*Aplicam-se, no que couber, os princípios normais e demais disposições do Código Tributário Municipal relativos à administração tributária.*

### **Art. 19.**

*O imposto será cobrado a partir do trigésimo dia contado da data da publicação desta Lei.*

### **Art. 20.**

*Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.*

*CHAPADÃO DO SUL - MS, 23 DE JANEIRO DE 1989*

*EDWINO RAIMUNDO SCHULTZ*  
PREFEITO MUNICIPAL

---



*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*